



ST13. CULTURAS, IDENTIDADES E RELIGIOSIDADES AFROBRASILEIRA, INDÍGENA E CIGANA

873

ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA E DOS NEGROS: UM ENFOQUE A PARTIR DA ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA¹

Pollyanna Braga Barbosa Pascoal²

Resumo: Compreendendo a importância de aprofundarmos nossas reflexões a cerca do livro didático de História, porquanto é a partir dele que construímos a imagem que temos dos outros e de nós mesmos e entendendo que é um poderoso instrumento, devido sua capacidade de produzir identidades ou mesmo preconceitos, este trabalho, cujo tema está relacionado ao ensino da história da África e dos negros, analisou o livro didático Projeto Ápis História empregado no 4º ano do Ensino Fundamental. Nossa análise explanou como a história da África e dos negros é contada, se essa história leva os alunos a se posicionarem de maneira crítica, contribuindo para uma educação étnico-racial ou apenas continua reproduzindo estereótipos e preconceitos ainda presentes no imaginário social contra a população negra.

Palavras-chave: Livro didático. Ensino de história. Educação étnico-racial.

INTRODUÇÃO

Atualmente não podemos negar a interdependência existente entre disciplina escolar, professor e livro didático, visto que, por mais que professores se utilizem de materiais alternativos para o desenvolvimento de sua prática em sala de aula, o livro didático continua funcionando como um guia, concebido como um recurso auxiliar para o professor e um meio facilitador da aprendizagem para o aluno. Além de muitas vezes, o livro didático ser o único material impresso que alunos, professores e escolas dispõem, sendo o instrumento de trabalho mais utilizado no cotidiano escolar, seguindo uma tradição de séculos.

Partindo dessa percepção, compreendemos a importância de aprofundarmos nossas reflexões a cerca do livro didático, mais especificamente do livro de História, porquanto é a partir dele que construímos a imagem que temos dos outros e de nós

¹ Margareth Maria de Melo - Professora Doutora do Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba.

² Fisioterapeuta, Especialista em Fisioterapia Neurofuncional pela Universidade Estadual da Paraíba e Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba.

mesmos. Entendemos que o livro didático de História é um poderoso instrumento, devido sua capacidade de produzir identidades ou mesmo preconceitos.

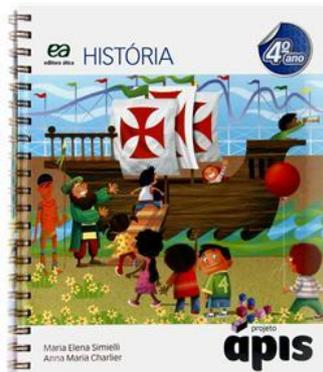
Este trabalho, cujo tema está relacionado ao ensino da história da África e dos negros, suas implicações na educação étnico racial e a implementação da Lei 10639/03, tem como objetivo analisar o livro didático *Projeto Ápis História*³ empregado no 4º ano do Ensino Fundamental. Nessa análise, explanaremos como a história da África e dos negros é contada, se essa história leva os alunos a se posicionarem de maneira crítica, contribuindo para uma educação étnico-racial ou apenas continua reproduzindo estereótipos e preconceitos ainda presentes no imaginário social contra a população negra.

ANÁLISE DA OBRA

Ao lermos um livro didático de história, na maioria das vezes, percebemos que o ensino sobre a história da África e dos negros é muito reduzido ou é apresentado de forma distorcida ou estereotipada, favorecendo a construção de um único olhar para africanos e para os seus descendentes, desmerecendo toda uma riqueza de valores de uma sociedade.

Começamos analisando a imagem que ilustra a capa do livro objeto de nossa análise. A capa é bem ilustrada, colorida, bastante convidativa, nos mostra um navio (caravela) que está sendo ocupado por crianças de várias etnias, sendo conduzidas por um português. Em solo está à figura do índio que não se encaminha ao navio. De maneira muito sutil a imagem reproduz historicamente a vinda do negro para o Brasil, o português como o “bom” homem, o negro que parece que está desbravando novos lugares, como se a saída de sua terra fosse algo voluntário, como se ele fosse descobrir um mundo melhor, como se na sua terra não existissem laços afetivos e não tivesse uma história anterior à escravidão europeia. Segundo Aladrén (2010, p. 73) “O tráfico atlântico foi a maior migração forçada da História [...] aproximadamente 12,5 milhões de africanos foram embarcados e um pouco menos de 11 milhões chegaram nas Américas, sendo que 40% tiveram como destino o Brasil”.

Imagem 1. Capa do livro didático Projeto Ápis História – 4º ano



³ SIMIELLI, M. E.; CHARLIER, A. M. **Projeto Ápis História – 4º ano.** São Paulo: Editora Ática, 2011.

Nas páginas 8 e 9, observamos uma imagem que apresenta a unidade 1 do capítulo 1 intitulado *Um novo lugar para viver*. Nela vemos várias crianças brincando com o globo terrestre que simboliza uma bola, dentre as crianças está uma menina negra se divertindo. Mais uma vez percebemos, pelo título do capítulo e pela imagem, que a vinda do negro para o Brasil não é retratada corretamente, visto que, não se deu de maneira livre e espontânea, pois na verdade ele foi tirado a força de sua terra e escravizado para trabalhar arduamente garantindo lucros para os comerciantes portugueses. Foi estabelecido, dessa forma, um bárbaro comércio de vidas humanas.

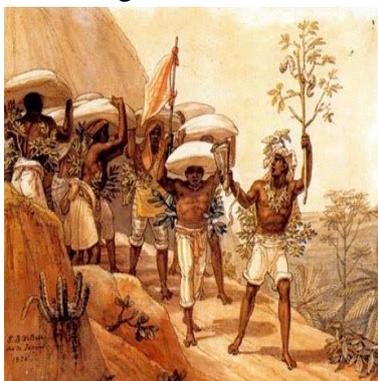
Na página 31 temos o seguinte texto:

O Brasil, que começava a ser ocupado por Portugal, precisava de trabalhadores para os engenhos de açúcar. Por isso os portugueses iniciaram a comercialização e vinda para o Brasil de africanos escravizados. Além de resolver o problema da mão de obra, essa prática se tornou um comércio que rendeu muito dinheiro a Portugal (SIMIELLI e CHARLIER, 2011, p.31).

De acordo com este texto, percebemos que o fato de serem trazidos para o Brasil, serem “comercializados”, de forma a “resolver o problema da mão de obra”, é tratado com muita naturalidade, como se fosse natural sequestrar pessoas, comprar e vender vidas e impor um trabalho que ela não optou por fazê-lo. O trecho que diz ‘Por isso os portugueses iniciaram a comercialização e vinda para o Brasil de africanos escravizados’ dá uma idéia de que os africanos já nasceram escravos, que a escravidão nasceu na África e que lá é local de morada de escravos.

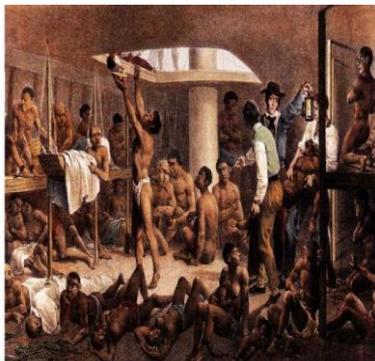
Nas páginas 40 e 41 tem-se a imagem de crianças num museu observando quadros famosos, a pintura que aparece de forma mais evidente é a que retrata o trabalho escravo no Brasil, como temos abaixo. Uma dessas crianças é uma menina negra que se mostra espantada com a pintura. O título da unidade que vem logo abaixo da imagem é “Ocupando o território brasileiro”. Infelizmente temos que repetir a mesma opinião que vimos discutindo anteriormente, de que a todo momento parece que o negro veio para o Brasil porque quis ou que pela condição de escravos que os africanos já viviam, esse processo era natural.

Imagem 2. O viajante Jean Auguste Debret retratou os escravos do Brasil



Abaixo vemos “Navio Negroiro” de Rugendas, imagem muito comum nos livros didáticos de história, inclusive no livro de nossa análise, presente na página 43. Esta figura retrata a vinda de crianças, mulheres e homens procedentes do Continente Africano, amontoados, em péssimas condições, nos porões de navios negreiros com destino ao Brasil.

Imagem 3. Navio Negroiro de Rugendas



O que nos parece é que foi banalizada a forma subumana como eram tratados os negros, pois o fato de terem sido feitos escravos era algo que não podia se evitar naquele período histórico, afinal eram necessárias pessoas para trabalhar nos engenhos de açúcar, apesar de possuírem crenças, valores, linguagem, tradições e suas ciências, como nos mostra o texto abaixo:

Com o desenvolvimento da atividade açucareira no Brasil, surgiu a necessidade de mais braços para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e nos engenhos. Para isso os portugueses passaram a usar de mão de obra escrava trazida de diferentes regiões da África. Esses homens e mulheres possuíam línguas, religiões, habilidades e costumes diversos (SIMIELLI e CHARLIER, 2011, p. 54).

Finalmente, na página 55, percebemos algo que valoriza produções intelectuais dos povos africanos, bem como, suas crenças, na seção **Pesquise**, vejamos:

Você sabia que as contribuições dos africanos no Brasil vão muito além das danças e das comidas? Muitas tecnologias utilizadas aqui, na época da escravidão, foram introduzidas pelos africanos. É o caso da metalurgia do ferro. Durante o período da escravidão, eram os africanos escravizados que faziam as ferramentas de trabalho em ferro, bem como as ferraduras dos cavalos. Em muitas regiões da África, o trabalho do ferro é conhecido há milhares de anos. O ferreiro possuía um papel muito especial. Além de fazer ferramentas para o trabalho na terra, como os machados, e as armas para a guerra, como as lanças, muitos povos acreditavam que o ferreiro também apresentava poderes especiais. Por isso, muitos reis importantes da África eram também ferreiros (SIMIELLI e CHARLIER, 2011, p. 55).

Na página seguinte:

A travessia do oceano Atlântico em direção ao território brasileiro era bastante difícil para os africanos. As condições de higiene dos navios eram péssimas, principalmente em razão do calor dos porões e da enorme quantidade de pessoas viajando juntas. As viagens eram longas e a alimentação era muito pobre em vitaminas e minerais. Por isso, muitos escravizados acabavam morrendo antes mesmo de chegarem ao seu lugar de destino. As doenças contaminavam rapidamente os africanos, fazendo com que os sobreviventes chegassem bem fracos aos portos de desembarque (SIMIELLI e CHARLIER, 2011, p. 56).

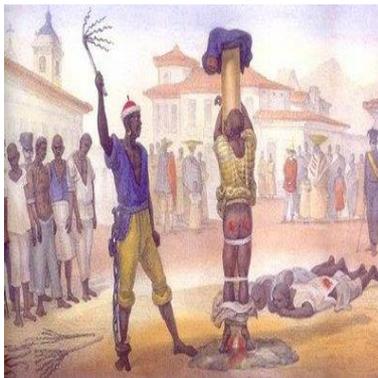
Essas imagens depreciativas dão origem ao estigma que, imputados no indivíduo negro, dificultam e/ou impossibilitam sua convivência e aceitação na vida social cotidiana. Sabendo que esse livro se destina a crianças ainda em processo de construção de identidade, sendo este um dos mais importantes elementos no processo de constituição social do sujeito, a criança ao se deparar com textos dessa natureza não desejarão se identificar com a figura do negro, porquanto, as marcas atribuídas aos negros, na relação social, produzirá um olhar preconcebido que o impedirá de perceber a totalidade de atributos deste grupo.

Na página 58, o que vemos é um texto que a nós parece uma tentativa de justificar a escravização dos negros pelos portugueses, como se não fosse algo absurdo ter absoluto direito de fazer o que bem entender com a vida de outra pessoa, notemos:

Como a escravidão era permitida por lei, os negros escravizados pertenciam a seus senhores. Eram eles que trabalhavam na lavoura de cana-de-açúcar, nos engenhos de açúcar, na mineração do ouro e diamante e nas fazendas de café. Também faziam trabalhos domésticos. Apesar de inúmeras revoltas e fugas de negros escravizados, o trabalho escravo foi mantido pelo governo brasileiro por mais de trezentos anos, até a abolição da escravidão em 1888 (SIMIELLI e CHARLIER, 2011, p. 58).

A página subsequente nos trás a seguinte informação:

Era comum os negros se revoltarem contra a sua condição de escravos. Os negros escravizados eram duramente castigados por suas desobediências, revoltas e tentativas de fuga. Esses castigos, porém, não impediam que muitos fugissem para bem longe dos engenhos e das fazendas para se verem livres da escravidão (SIMIELLI e CHARLIER, 2011, p. 59).

Imagem 4. Execução do castigo do açoite de Debret

878

O texto e a imagem apresentada remetem um conceito de que o negro era rebelde e merecia ser castigado, afinal eles pertenciam aos seus senhores que estavam acobertados pela lei, mas não se conformavam cometendo devaneios. Por outro lado, nos dá a ideia de um africano submisso, inferiorizado, que a todo o momento apanha e não tem capacidade de lutar. Na seção **Pesquisa** da página 60, percebemos que apesar de serem citadas comunidades que se originaram dos quilombos, possibilitando a preservação de hábitos e costumes de seus antepassados, logo em seguida o que vemos mais uma vez é como os negros são colocados à margem da sociedade e como sua cultura é desvalorizada, observemos o que diz o texto:

Era muito difícil chegar a um quilombo por estrada. Por isso, os negros escravizados que se refugiavam em quilombos viviam isolados. Esse isolamento permitiu que as comunidades originadas de quilombos preservassem hábitos e costumes de seus antepassados. Hoje, muitas dessas comunidades ainda não possuem eletricidade, água encanada ou rede de esgotos. E a maioria pratica a agricultura familiar. Algumas áreas estão sendo ameaçadas por pessoas que querem expulsar delas a população negra descendente dos antigos negros escravizados (SIMIELLI e CHARLIER, 2011, p. 60).

Na próxima página, o texto conta que a abolição ocorreu em 13 de maio de 1888, após a Princesa Isabel assinar a Lei Áurea, todavia, não diz o porquê dela ter assinado a lei que abolia a escravidão, visto que a abolição dos escravos não se deu por bondade de ninguém. A Inglaterra pressionava o país para libertá-los porque nessa época já era um país industrializado e desejava vender seus produtos no Brasil, segundo motivo, a Inglaterra produzia açúcar com mão de obra livre e o Brasil produzia açúcar com mão de obra escrava e isto fazia o produto brasileiro ser mais barato, mais um motivo é que a Inglaterra tinha intenções de explorar a África e necessitava de mão de obra naquele continente. Além disso, o texto desconsidera a grande campanha política popular que se difundiu por todo o Brasil na década de 1880, as fugas em massa e as pressões cotidianas dos escravos em busca de ampliação de sua autonomia, omitindo a valentia e força dos negros pela sua liberdade.

A imagem dessa mesma página mostra ex-escravos comemorando a sua libertação. Realmente, como afirma Brasil e Mendonça (2010, p. 129) “No dia 13 de maio de 1888 uma multidão se espremia ao longo das ruas [...] Era o início de uma

comemoração que durou quase um mês”, porém, não retrata que os escravos não tiveram direito a indenização, ficando marginalizados, tiveram que subir para os morros, sem políticas públicas de apoio, sem educação, sem moradia digna, sem direitos básicos de sobrevivência e trabalho.

Imagem 5. Ex-escravos comemoram a libertação de Agostini



Encerrando a participação do negro no livro didático de história, de forma bastante resumida, a página 69 apresenta algumas contribuições dos africanos para a cultura brasileira, informações estas insuficientes, demonstrando uma supressão da enorme diversidade étnico-racial brasileira, bem como, da representação dos diferentes grupos étnicos que compõem a população nacional. É com lástima que afirmamos que o livro didático de História que analisamos não aponta a participação efetiva do negro na história do país, na construção política da Nação e na estruturação da nossa cultura e sociedade, mas aparecem como figuras apagadas, tristes e abatidas, coadjuvantes de uma história construída por homens brancos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise realizada no livro didático *Projeto Ápis História – 4º ano* notamos que apesar de se tratar de uma publicação recente, 2011, e que de certa forma contempla a Lei 10639/03, ainda falta muito para se atingir o nível ideal de detalhes que retratem a história da África e dos afrodescendentes, porque não há um aprofundamento e tudo toma um sentido muito superficial. Percebemos que ao longo do livro os negros são vistos a todo o momento na figura de escravos, mesmos nos textos que “tentam” demonstrar os valores culturais da África e do seu povo estes vem sempre associados à escravidão, à inferioridade. Assim, parte muito significativa da obra apresenta elementos de uma história social, na qual os papéis desempenhados por africanos e afrodescendentes no Brasil não são trabalhados para além da condição de escravizados. Difícil é que os afro-brasileiros se orgulhem da história do seu povo, evento este que se justifica pelo fato de ter recebido uma realidade distorcida, que exalta a figura do branco em detrimento da figura do negro, personagem marginalizado, que não demonstra ter contribuído para a construção do nosso país, difundindo, assim, o preconceito e influenciando a formação dos nossos alunos em direção a atitudes discriminatórias.

A Lei 10.639/2003 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva depois de anos de negação da cultura africana nos conteúdos escolares, esta que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar dos ensinos fundamental e médio, resgatando a contribuição negra na formação da nossa sociedade.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos (BRASIL, 2004, p. 17).

Esta sanção representou um marco na educação brasileira, tendo em vista que sua aplicação se estendeu para os ensinos acadêmicos. Devemos reconhecer, desse modo, que grandes mudanças ocorreram na sociedade brasileira, visto que, depois de tantos anos de negação, a história e cultura africana passaram a ser um pouco mais reconhecidas no cenário nacional. Todavia, apesar de passados dez anos da sanção da Lei 10.639/2003, a implementação efetiva ainda se encontra num processo de construção e que temos muito a desenvolver, porque ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que prestigia, principalmente, as raízes europeias em detrimento das africanas e indígenas, sendo imperativo excitar no povo brasileiro a consciência de que nossa história e cultura foram construídas, também, pelos povos africanos, e isso pode ser percebido em nós e no nosso complexo padrão de comportamento, crenças, instituições, manifestações artísticas, etc. Assim, conhecer a história da África e dos negros é conhecer a nós mesmos.

REFERÊNCIAS

ALADRÉN, G. Tráfico de escravos e escravidão na América portuguesa. **Cadernos Penesb**, Niterói, n. 12, p. 1-390. 2010.

BRASIL, E.; MENDONÇA, C. Abolição e abolicionismo. **Cadernos Penesb**, Niterói, n. 12, p. 1-390. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

SIMIELLI, M. E.; CHARLIER, A. M. **Projeto Ápis História – 4º ano**. São Paulo: Editora Ática, 2011.